



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº. 03, DE 31 DE MAIO DE 2006.
(Revogada pela Resolução nº 40, de 10 de fevereiro de 2011)

**Aprova o Regimento Interno do
Conselho Estadual de Recursos
Hídricos - CEHIDRO.**

O Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO), no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 70, de 15 de setembro de 2000, nº 86, de 12 de julho de 2001 e nº 232, de 21 de dezembro de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO), nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos Henrique Machado
Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 26/06/2006.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*

ANEXO ÚNICO

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CEHIDRO

Art. 1º O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO), órgão colegiado do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, instituído pela Lei nº 6.945, de 05 de novembro 1.997, regulamentado pelo Decreto nº 6.822, de 30 de novembro de 2005, com alteração do Decreto nº 6.979, de 12 de janeiro de 2006, de caráter consultivo, deliberativo e recursal, tem a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho Pleno;
- II - Câmaras Técnicas, em caráter permanente ou temporário;
- III - Secretaria Executiva.

Art. 2º Caberá a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT), prestar suporte administrativo necessário à implantação da Secretaria Executiva do Conselho, podendo solicitar a disposição de servidores públicos de outros órgãos ou entidades para compô-la.

Seção I Do Conselho Pleno

Art. 3º Para instalação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será necessária à presença da maioria simples dos membros do CEHIDRO.

§ 1º O Conselho Pleno deliberará por maioria simples, dos presentes.

§ 2º O Conselho Pleno se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre, sendo o calendário anual de reuniões estabelecido na última sessão de cada ano.

§ 3º A convocação ordinária será feita com 15 (quinze) dias de antecedência, estabelecendo a pauta dos trabalhos.

§ 4º Ocorrendo insuficiência de quorum, e decorridos 20 (vinte) minutos, a reunião será reconvocada, realizando-se com os membros presentes.

Art. 4º As reuniões extraordinárias do Conselho poderão ser convocadas por seu Presidente ou mediante a solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus Conselheiros.

§ 1º A reconvocação extraordinária poderá ser feita com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 2º Em caso de calamidade pública, as reuniões extraordinárias poderão ser reconvocadas a qualquer tempo.

Art. 5º Será obrigatório o encaminhamento de todas as matérias a serem deliberadas, salvo nas hipóteses de convocação emergencial, deverão ser indicadas e disponibilizadas aos Conselheiros.

Art. 6º As reuniões do Conselho serão públicas, sendo a condução e a ordem dos trabalhos disciplinados pelo Presidente, observando-se o Regimento Interno;

§1º Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho, a reunião será presidida pelo Secretario Adjunto, ou por um representante da Superintendência de Recursos Hídricos.

§2º A inclusão de matéria nova na pauta em requerimento de urgência deverá ser deliberada pelo Conselho, após a Ordem do Dia.

Art. 7º A pauta das reuniões será preparada pela Secretaria Executiva, delas constando necessariamente:

- I - abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - leitura do expediente, das comunicações e da Ordem do Dia;
- III - deliberação;
- IV - encerramento.

Art. 8º A Ordem do Dia observará, em sua elaboração, ao seguinte encaminhamento:

- I - requerimento de urgência;
- II - resoluções aprovadas e não publicadas por decisão do Presidente, com a respectiva emenda e justificativa;
- III - propostas de resolução em curso normal;
- IV - moções.

Parágrafo único. Nas reuniões, as matérias deliberativas terão precedência sobre as matérias de qualquer outra natureza.

Art. 9º O Conselho Pleno se manifestará por meio de:

- I - propostas de resoluções, quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do Conselho;
- II - moções, quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática, “recursos hídricos”.

Parágrafo único. As resoluções e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria Executiva ordená-las.

Art. 10 Poderá ser requerida urgência para apreciação do Plenário de qualquer matéria não constante em pauta.

§ 1º O requerimento de urgência deverá ser subscrito por no mínimo 5 (cinco) Conselheiros e ser encaminhado à Secretaria Executiva, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, que será distribuído aos Conselheiros no prazo de 3 (três) dias.

§ 2º O requerimento de urgência poderá ser acolhido, a critério do plenário, por maioria simples.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer proposta de resolução ou moção, caso seja aprovado em regime de urgência, devendo ser incluída obrigatoriamente na pauta da reunião ou em reunião extraordinária.

Art. 11 Faculta-se a qualquer Conselheiro requerer pedido de vista, devidamente justificado, de matéria ainda não julgada ou solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria.

§ 1º Quando mais de um Conselheiro pedir vista, o prazo será único.

§ 2º Fica automaticamente convocada reunião extraordinária para apreciação de matéria objeto de pedido de vista, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando deverá ser apresentado parecer pelo respectivo Conselheiro.

§ 3º O parecer relativo à matéria objeto de pedido de vista deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva, no prazo máximo de 7 (sete) dias antes da reunião, a qual dará conhecimento aos demais Conselheiros.

§ 4º As propostas de resolução que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedido de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.

Art. 12 A deliberação dos assuntos em plenário deverá obedecer a seguinte seqüência:

I - o Presidente apresentará a matéria incluída na Ordem do Dia, cabendo ao relator apresentar seu parecer;

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer Conselheiro manifestar-se a respeito, por escrito ou oralmente;

III - encerrada a discussão, o Plenário deliberará sobre a matéria, em votação nominal e aberta.

Parágrafo único. O direito de manifesto se limita a 3 (três) minutos por Conselheiro, ressalvados os casos relevantes, a critério do Presidente.

Art. 13 Os suplentes poderão participar das discussões do plenário com direito a dar opiniões, sendo que o direito a voto se dará apenas na ausência dos titulares.

Parágrafo único. Os membros convidados de que trata o art. 5º do Decreto nº. 6.822, de 30 de novembro de 2005, terão direito a voto.

Art. 14 O Conselho Pleno poderá convidar autoridades públicas, técnicos especializados ou ouvir qualquer pessoa a seu critério, sem direito a voto.

Art. 15 As resoluções aprovadas pelo Plenário serão referendadas pelo Presidente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos ou infrações das normas jurídicas ou impropriedades em sua redação, devendo ser a matéria, obrigatoriamente, incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emendas justificadas.

Art. 16 As atas deverão ser aprovadas pelo Plenário, sendo assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

Art. 17 A participação dos membros no Conselho não enseja qualquer tipo de remuneração e será considerada de relevante interesse público.

Art. 18 O Conselho Pleno deliberará sobre exclusão de instituição que:

I - apresentar ausência injustificada de membros nas reuniões do CEHIDRO por 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas;

II - apresentar mais de 3 (três) justificativas durante o mandato;

III - tiver procedimento incompatível com a dignidade do cargo, auferindo vantagens ilícitas ou imorais no desempenho do mandato, observado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. As vagas das instituições excluídas serão preenchidas conforme decisão do Plenário, obedecendo à lista de espera e observada a paridade entre órgãos governamentais e não-governamentais.

Seção II

Das Câmaras Técnicas

Art. 19 O CEHIDRO, mediante proposta do Presidente ou de, no mínimo, 5 (cinco) de seus Conselheiros e poderá criar, por resolução, Câmaras Técnicas encarregadas de examinar e relatar ao Plenário assunto de sua competência.

Parágrafo único: As Câmaras Técnicas serão constituídas por Conselheiros Titulares, suplentes ou por representantes indicados formalmente por Conselheiros Titulares à Secretaria Executiva, os quais terão direito a expressar-se oralmente.

Art. 20 As Câmaras Técnicas, no número máximo de 5 (cinco), serão constituídas de no mínimo, 8 (oito) membros e, no máximo 12 (doze) membros, com mandato de 02 (dois) anos, admitida à recondução.

Parágrafo único. Caso o número de interessados em participar da composição da Câmara Técnica seja superior ao número previsto no *caput*, o Conselho poderá indicar membros em ordem progressiva, para eventuais substituições.

Art. 21 A extinção das Câmaras Técnicas deverá ser aprovada pelo Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mediante proposta fundamentada do Presidente do Conselho ou de, no mínimo 10 (dez) de seus Conselheiros.

Parágrafo único. A extinção das Câmaras Técnicas se dará mediante resolução.

Art. 22 Na composição das Câmaras Técnicas será considerada a participação dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, nos assuntos de sua competência.

Art. 23 Cabe às Câmaras Técnicas:

I - elaborar e encaminhar ao Plenário, por meio da Secretaria Executiva, propostas de normas para recursos hídricos;

II - manifestar-se sobre consulta que lhe for encaminhada;

III - relatar e submeter à aprovação do Plenário, assuntos a elas pertinentes;

IV - examinar os recursos administrativos interpostos junto ao CEHIDRO, apresentando relatório ao Plenário;

V - solicitar aos órgãos e entidades do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da Secretaria Executiva do Conselho, a manifestação sobre assunto de sua competência;

VI - convidar especialistas ou solicitar à Secretaria Executiva do Conselho, para assessorá-las em assuntos de sua competência;

VII - criar Grupos de Trabalho para tratar de assuntos específicos;

VIII - propor a realização de reuniões conjuntas com outras Câmaras Técnicas do Conselho.

Art. 24 As Câmaras Técnicas serão presididas por um dos Conselheiros, eleito na sua primeira reunião, por maioria simples dos votos dos seus integrantes.

§ 1º O Presidente da Câmara Técnica terá mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução.

§ 2º Em caso de vacância, será realizada nova eleição, de conformidade com o disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º Nos seus impedimentos, o Presidente da Câmara Técnica indicará, entre os membros da Câmara, seu substituto.

§ 4º Caberá ao Presidente da Câmara Técnica, quando da abertura da reunião, estabelecer os procedimentos para manifestação dos presentes.

Art. 25 As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e deverão ser realizadas, com pelo menos, a metade de seus membros.

§ 1º As reuniões serão convocadas por seu Presidente, por decisão própria ou a pedido de um terço de seus membros com, no mínimo, 12 (doze) dias de antecedência.

§ 2º A pauta e os respectivos documentos das reuniões deverão ser encaminhados no prazo mínimo de 7 (sete) dias anteriores à sua realização.

§ 3º Das reuniões de Câmaras Técnicas serão redigidas atas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas, aprovadas pelos seus membros e assinadas pelo seu Presidente e o Relator.

Art. 26 As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por consenso ou pela votação da maioria dos membros presentes, incluindo o seu Presidente, a quem cabe o voto de desempate.

Art. 27 O Presidente da Câmara Técnica poderá relatar matérias ao Plenário ou designar um relator.

Art. 28 A ausência de membros de Câmara Técnica por 3 (três) reuniões consecutivas ou por 6 (seis) alternadas, no decorrer de um biênio, implicará exclusão da instituição governamental ou setor por eles representado.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, a substituição será feita observado o exposto no parágrafo único do art. 20 desta resolução.

Art. 29 Cada Câmara Técnica poderá estabelecer regras específicas para o seu funcionamento, desde que aprovada pela maioria de seus membros e obedecida o disposto neste Regimento.

Seção III

Da Secretaria Executiva

Art. 30 Cabe à Secretaria Executiva do CEHIDRO:

- I - submeter à apreciação do Plenário, propostas de normas para o gerenciamento dos recursos hídricos que lhe forem encaminhadas;
- II - relatar a fiscalização do cumprimento das normas técnicas aprovadas pelo Plenário;
- III - elaborar o relatório anual de atividades, submetendo-o ao Presidente do Conselho;
- IV - cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes do Regimento e os encargos que lhe forem cometidos pelo Conselho;
- V - prestar esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;
- VI - encaminhar e fazer publicar as decisões emanadas do Plenário;
- VII - organizar as reuniões do CEHIDRO;
- VIII - remeter matérias às Câmaras Técnicas;
- IX - encaminhar documentos e prestar informações relacionadas com o CEHIDRO;
- X - coordenar a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- XI - instruir os expedientes provenientes dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- XII - executar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Presidente do Conselho.

Seção IV

Dos Grupos de Trabalho

Art. 31 O Conselho Pleno ou as Câmaras Técnicas poderão criar Grupos de Trabalho para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência.

§ 1º Os Grupos de Trabalho terão seus membros, cronograma e data de encerramento dos seus trabalhos estabelecidos pelo Conselho Pleno ou pela Câmara Técnica.

§ 2º O prazo para conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, mediante justificativa de seu coordenador.

§ 3º Os membros dos Grupos de Trabalho poderão ser escolhidos entre os membros da Câmara Técnica, seus representantes, especialistas e interessados na matéria em discussão.

§ 4º O coordenador dos Grupos de Trabalho será escolhido entre seus membros, que designará, na primeira reunião, um relator que será o responsável pelo relatório final, assinado pelos membros e encaminhado à respectiva Câmara Técnica.

§ 5º Os Grupos de Trabalho se reunirão em sessão pública.

Seção V

Das Atribuições do Presidente

Art. 32 Cabe ao Presidente do CEHIDRO:

- I - representar o Conselho judicial ou extrajudicialmente;
- II - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de qualidade;

- III - ordenar o uso da palavra;
- IV - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
- V - assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;
- VI - submeter à apreciação do Plenário o calendário de atividades e o relatório anual do Conselho;
- VII - dar posse aos membros do Conselho;
- VIII - assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- IX - encaminhar ao Governador, exposições de motivos e informações sobre matéria da competência do Conselho;
- X - delegar competência;
- XI - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento.

Seção VI

Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 33 Cabe aos Conselheiros do CEHIDRO:

- I - comparecer às reuniões;
- II - convocar o suplente em caso da impossibilidade do seu comparecimento;
- III - debater a matéria em discussão;
- IV - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo;
- V - pedir vista de matéria, observando o disposto no art. 12 e seus parágrafos;
- VI - apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
- VII - tomar a iniciativa de propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário, sob a forma de proposta de resoluções ou moções;
- VIII - propor questões de ordem nas reuniões plenárias;
- IX - observar, em suas manifestações, as regras básicas da convivência e do decoro.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser alterada mediante proposta de qualquer de seus membros, com aprovação da maioria absoluta do Conselho.

Art. 35 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta resolução serão solucionados pelo Presidente, ouvido o Plenário.